Amador Paes de Almeida

Magistrado e Professor Universitário.

Curso de Falência e Recuperação de Empresa

28ª edição Colaboração da advogada Marina Batista S. L. F. Paes de Almeida

2017



ISBN 978-85-472-1975-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALDGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Almeida, Amador Paes de

Curso de falência e recuperação de empresa / Arnador Paes de Almeida : colaboração de Marina Batista S. Lobato Fernandes Paes de Almeida. – 28. ed. – São Paulo : Saraiva. 2017

 Falència 2. Falència - Brasil 3. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação - Brasil 1. Título II. Paes de Almeida, Marina Batista S. Lobato Fernandes.

17-0643

CDU 347.736(81)(094)

Indice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Falência : Direito

comercial 347.736(81)(094)

somos saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05425-902

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej

Vice-presidente Claudio Lensing Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo

Consultor académico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Muller

Concursos Roberto Navarro

Legislação e doutrina Thais de Carnargo Rodrigues

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto Marilia Cordeiro Mônica Landi

Surane Vellenich

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

Diagramação Edson Colobone

Revisão PBA Preparação e Revisão de Textos

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marti Rampim Impressão e acabamento Gráfica Paym Data de fechamento da edição: 18-4-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem à prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 600434

CAE 586578

1101755

Índice Geral

Prefe	ácio	19
	a do Autor	21
Note	a à 28ª Edição	23
	PARTE TEÓRICA	
	Livro I DA FALÊNCIA	
	Capítulo I ESBOÇO HISTÓRICO	
1. 2. 3. 4.	Direito romano Idade Média Código Napoleônico Brasil Colônia, Império e República Resumo. Recapitulação	29 30 30 31 36
	Capítulo II NOÇÕES GERAIS SOBRE O INSTITUTO DA FALÊNCIA	
1.	Origem da palavra falência	39
2.	Conceito de falência	40
3.	Natureza jurídica da falência	41
	Resumo. Recapitulação	42
	Capítulo III ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A EXISTÊNCIA DO ESTADO DE FALÊNCIA	
1.	Causas determinantes da falência	44

2.	Insolvência
3.	Impontualidade
4.	Protesto
5.	Protesto facultativo
6.	Protesto obrigatório
7.	Protesto de títulos de credores distintos
8.	Não pagamento de obrigação líquida
9.	Duplicata sem aceite acompanhada da nota de entrega da mercadoria
10.	Outros indícios de insolvabilidade que ensejam a falência: a) liquidação ruinosa; b) negócio simulado; c) transferência de estabelecimento sem reserva de bens suficientes para solver seu passivo; d) transferência simulada do estabelecimento principal; e) garantia a credor por dívida anterior sem reserva de bens; f) abandono do estabelecimento; g) descumprimento de obrigações assumidas no plano de recuperação judicial
	Capitulo IV
	DA LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO FALIMENTAR
1.	Devedor empresário e sociedade empresária
2,	Falência dos sócios solidários
3.	Falência do sócio retirante
4.	A falência e o sócio de responsabilidade limitada
5.	Falência do espólio
6.	Falência do menor empresário
7.	Falência da sociedade irregular ou de fato (sociedade em comum) Resumo. Recapitulação
	Capítulo V
	DA LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO FALIMENTAR
1.	Inexistência de falência ex officio
2.	Falência requerida pelo credor
3.	Falência requerida pelo próprio devedor (autofalência)
4.	Falência requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros e inven-
	tariante (falência do espólio)

5.	Falência requerida pelo sócio ou acionista	82
	Resumo. Recapitulação	83
	Capítulo VI	
	JUÍZO COMPETENTE PARA DECLARAR A FALÊNCIA	
1.	O Poder Judiciário e seus diversos órgãos	86
2.	Competência em razão da matéria	87
3.	Competência em razão do lugar	88
4.	Empresário sediado no estrangeiro	89
	Resumo. Recapitulação	90
	Capítulo VII	
	DO REQUERIMENTO DA FALÊNCIA	
1.	Da petição inicial	93
2.	Do patrocínio profissional de advogado	94
3.	Do pedido de falência com base na impontualidade	95
4.	Do pedido de falência com base nos motivos discriminados no	
	art. 94, II e III, da Lei Falimentar	96
	Resumo. Recapitulação	99
	Capítulo VIII	
	RESPOSTA DO DEVEDOR (ALEGAÇÕES DA DEFESA)	
1.	Prazo para o devedor manifestar-se	103
2.	Depósito elisivo: depósito sem contestação; depósito com con-	
	testação; contestação sem depósito: efeitos	103
3.	Defesa de natureza processual	105
4.	Matéria relevante	108
	Resumo. Recapitulação	113
	Capítulo IX	
	DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR DA FALÊNCIA	
	(DA DEFESA À SENTENÇA)	
1.	Da falência com base na impontualidade: defesa com depósito	
	elisivo; defesa sem depósito elisivo; da alegação de matéria re-	
	levante; provas	116
	Resumo. Recapitulação	118

Capítulo X SENTENÇA DENEGATÓRIA DA FALÊNCIA

1.	Sentença denegatória	121
2.	Indenização por perdas e danos	121
3.	Custas processuais e honorários advocatícios	123
4.	Recurso	123
	Resumo. Recapitulação	124
	Capítulo XI	
	SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA	
1.	Característica	127
2.	Natureza jurídica	128
3.	Elementos básicos	130
4.	Termo legal	132
	Resumo. Recapitulação	133
	Capítulo XII	
	DOS RECURSOS NO PROCESSO FALIMENTAR	
1.	Conceito	137
2.	Pressupostos do recurso	137
3.	Espécies de recursos	138
4.	Dos recursos no processo falimentar: a apelação; o agravo	145
5.	Prazos dos recursos falimentares	146
	Resumo. Recapitulação	147
	Capitulo XIII JUÍZO UNIVERSAL	
	,	
1.	Indivisibilidade e universalidade do juízo falimentar	150
2.	Exceções à vis attractiva do juízo falimentar	150
	Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da maté-	
	ria examinada	154
	Capítulo XIV	
	DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS	
	DIREITOS DOS CREDORES	
1.	Vencimento por antecipação de todas as dívidas do falido	161

2.	Suspensão da fluência de juros
3.	Multa fiscal
4.	Suspensão das ações ou execuções movidas contra o falido 16
5.	Suspensão da prescrição
	Resumo. Recapitulação
	Capítulo XV
	DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO
	À PESSOA DO FALIDO
1.	Restrições à capacidade processual do falido e à sua liberdade de locomoção
2.	Obrigações que lhe são impostas
3.	Proibição para o exercício da atividade empresarial
4.	Continuação do negócio
5.	Sujeição à prisão
	Resumo. Recapitulação
	Capitulo XVI DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS BENS DO FALIDO
1.	Perda da administração e disposição dos seus bens
2.	Bens que não se compreendem na falência
3.	A meação da mulher casada e a falência do empresário individual 17
4.	Nulidade dos atos praticados pelo falido quanto aos bens
	Resumo. Recapitulação
	Capítulo XVII
	DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS
	CONTRATOS DO FALIDO
1.	Conceito de contrato
2.	Contratos unilaterais e bilaterais
3.	Efeitos da falência sobre os contratos unilaterais
4.	Efeitos da falência sobre os contratos bilaterais
5.	Regras especiais para determinados contratos
6.	Alienação fiduciária

7.	Contrato de trabalho	194
8.	Compensação das dívidas do falido	195
	Resumo. Recapitulação	204
	Capítulo XVIII	
	DA REVOGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO	
	DEVEDOR ANTES DA FALÊNCIA – AÇÃO REVOCATÓRIA	
1.	Atos praticados dentro do termo legal: pagamento de dívidas não vencidas ou por meios não previstos no contrato; constituição de direito real de garantia	209
2.	Atos praticados nos dois anos anteriores à falência: atos a título gratuito; renúncia à herança ou legado	210
3.	Outros atos revogáveis: inscrição intempestiva de direitos reais (registros e averbações tardias); venda ou transferência de estabelecimento (sem reserva de bens suficientes para solver o pas-	
	sivo)	211
4.	Da ação revocatória: por ineficácia e por fraude	212
	Resumo. Recapitulação	216
	Capítulo XIX ÓRGÃOS DA FALÊNCIA	
1.	O juiz	220
2.	O administrador judicial	221
3.	Deveres e atribuições	223
4.	Avisos do administrador	226
5.	Arrecadação dos bens	227
6.	Apuração do montante do débito do falido	229
7.	Responsabilidades do administrador	230
8.	Comitê de credores: composição e atribuições	231
9.	Assembleia geral dos credores: atribuições; convocação; composição.	232
10.	O Ministério Público	235
	Resumo. Recapitulação	238
	Capítulo XX	
	DA ADMINISTRAÇÃO, DA ARRECADAÇÃO E GUARDA DOS BENS, LIVROS E DOCUMENTOS DO FALIDO	
1.	Da administração dos bens do falido	241

2.	Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido	241
3.	Arrecadação dos bens particulares dos sócios de responsabili-	
	dade ilimitada; de administradores de sociedade limitada e	
	diretores de sociedade anônima	242
4.	Do lacre das portas do estabelecimento do falido	244
5.	Inventário dos bens arrecadados	244
6.	Venda antecipada de bens deterioráveis	244
	Resumo. Recapitulação	245
	Capítulo XXI	
	DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E DOS	
	EMBARGOS DE TERCEIRO	
1.	A arrecadação e os bens de terceiro	248
2.	Pressupostos do pedido de restituição	249
3.	Dinheiro em depósito com o falido	250
4.	Coisas vendidas a crédito	251
5.	Coisa alienada fiduciariamente	252
6.	Contrato de câmbio	253
7.	O processo de restituição: efeitos, juízo competente, legitimi-	
	dade ativa e passiva, procedimento, sentença, recurso	253
8.	Embargos de terceiro: conceito, legitimidade ativa e passiva,	
	juízo competente, rito processual, recurso	254
	Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria	
	examinada	255
	Capítulo XXII	
	DA HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS	
1.	O concurso de credores	260
2.	Habilitação dos créditos segundo a sua natureza	260
3.	Apresentação dos créditos	261
4.	Credores retardatários	264
	Resumo. Recapitulação	264
	Capítulo XXIII	
	dos créditos não sujeitos à habilitação	
1.	Dos créditos tributários	267

2.	Das contribuições previdenciárias	268
3.	O concurso de preferência: os créditos fiscais dos Estados-Mem-	
	bros e dos Municípios	268
	Resumo. Recapitulação	269
	Capítulo XXIV	
	DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	
1.	Direito dos credores	271
2.	A classificação dos créditos na Lei de Falências	271
3.	Credores da falência e credores da massa (extraconcursais). As	
	restituições e o adiantamento em dinheiro em decorrência do	
	contrato de câmbio	272
4.	Créditos trabalhistas e créditos decorrentes de acidentes de	252
_	trabalho	273
5.	Créditos com garantia real	275
6.	Créditos tributários	276
7.	Créditos com privilégio especial	278
8.	Créditos com privilégio geral	281
9.	Créditos quirografários	282
10.	Multas contratuais, tributárias e penas pecuniárias penais ou administrativas	282
1 1	Créditos subordinados	282
11.		
12.	Quadro geral dos credores	283
	Resumo. Recapitulação	285
	Capitulo XXV	
	DA LIQUIDAÇÃO – ALIENAÇÃO DOS BENS DO	
	FALIDO – REALIZAÇÃO DO ATIVO	
1.	Liquidação: considerações gerais	288
2.	Formas usuais de liquidação: a) Leilão. b) Propostas fechadas.	
	c) Pregão	289
3.	Alienação dos bens: a) Alienação da empresa. b) Venda do(s)	
	estabelecimento(s) em bloco ou por unidades produtivas. c) Alie-	
	nação em bloco dos bens que integram o estabelecimento ou	
	dos bens individualmente considerados. d) Constituição de so-	
	ciedade pelos credores ou pelos empregados do falido	291
	Resumo, Recapitulação	293

Capítulo XXVI DO PAGAMENTO AOS CREDORES

1.	Creditos extraconcursais	
2.	Créditos trabalhistas até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador	
3.	Créditos reservados	
J.	Resumo. Recapitulação.	
	Resultio. Recapitulação	
	Capítulo XXVII	
	ENCERRAMENTO DO PROCESSO DA FALÊNCIA	
1.	Prestação de contas do administrador judicial – Relatório fi-	
	nal: valor do ativo e do passivo	
2.	Destituição do administrador pela falta de apresentação do re-	
	latório – Responsabilidade	
3.	Encerramento da falência por sentença	
	Resumo. Recapitulação	
	Capítulo XXVIII	
	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	
	,	
1.	Requerimento pelo falido	
2.	Pressupostos – Prescrição: decurso de cinco anos ou dez anos (na ocorrência de crime falimentar); pagamento de todos os credores; de mais de 50% dos créditos quirografários	
3.	Procedimento	
4.	Sentença declarando extintas as obrigações; sua natureza jurídica e seus efeitos	
	Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria	
	examinada	
	Livro II	
	RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA	
	Capítulo XXIX	
	RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA	
1.	Da falência como delito à concordata	
2.	A concordata no direito brasileiro	
3.	A recuperação judicial	
	* '	

4.	Conceito de recuperação judicial	322
5.	Natureza jurídica	322
6.	Legitimidade ativa	323
7.	Empresas impedidas de impetrar recuperação judicial e extra-	
	judicial. A exceção das companhias aéreas	326
8.	Pressupostos	327
9.	Meios de recuperação judicial	328
10.	Efeitos da recuperação judicial	338
11.	A sucessão trabalhista e tributária na recuperação judicial	342
12.	Do pedido	345
13.	Do procedimento na recuperação judicial	357
14.	Do encerramento da recuperação judicial	360
15.	Recuperação judicial das microempresas e empresas de peque-	
	no porte	361
16.	Convolação da recuperação judicial em falência	363
	Resumo. Recapitulação	364
	Livro III	
	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESA	
	CAPÍTULO XXX	
	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESA	
1.	A recuperação extrajudicial: requisitos	375
2.	Créditos que envolve	376
3.	A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial	370
Э.	e sua importância	377
4.	Procedimento	378
5.	Efeitos da homologação judicial	380
٥.	Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria	500
	examinada	380
	CAMITIMOM	500
	Livro IV	
	DISPOSIÇÕES PENAIS	
	(CRIMES FALIMENTARES)	
	Capítulo XXXI	
	DISPOSIÇÕES PENAIS	
	(DOS CRIMES FALIMENTARES)	
1.	Considerações gerais	387

2.	Conceito
3.	A falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial como condição de punibilidade
4.	As sanções penais: reclusão; detenção; penas alternativas
5.	Interdição para o exercício da atividade empresarial
6.	Da prescrição
7.	Da reabilitação do falido
8.	Do procedimento penal
	Resumo. Recapitulação
	PARTE PRÁTICA
	Capítulo XXXII
	MODELOS DE PETIÇÕES
1.	Procuração para o foro em geral
2.	Petição inicial com base na impontualidade
3.	Petição de falência com base nos atos e fatos enumerados no art.
	94, II, da Lei Falimentar
4.	Medida cautelar: sequestro dos bens, dos livros e documentos do falido
5.	Resposta do devedor: arguição de relevante razão de direito
6.	Auto de arrecadação, inventário e guarda dos bens do falido
7.	Avisos do administrador judicial
8.	Pedido de restituição
9.	Embargos de terceiro
10.	Ação revocatória
11.	Habilitação de crédito: por cambial; por hipoteca; de empregado, por créditos trabalhistas
12.	Impugnação de crédito
13.	Prestação de contas do administrador judicial
14.	Pedido de extinção das obrigações: por pagamento; por ocor-
	rência de prescrição
15.	Pedido de reabilitação do falido
16.	Petição inicial de recuperação judicial
17.	Pedido de homologação de recuperação extrajudicial
18.	Recurso contra sentença declaratória de falência

Capítulo XXXIII SÚMULAS DE DIREITO FALIMENTAR

1.	Supremo Tribunal Federal	430
2.	Superior Tribunal de Justiça	431
Bib	liografia	433